

MESA TEMÁTICA – DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE: PERSPECTIVAS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

A POLÍTICA BRASILEIRA PARA A FORMAÇÃO DOCENTE ORIENTADA PARA OS DIREITOS HUMANOS, A DIVERSIDADE E A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL: BASE LEGAL, POSSIBILIDADES E LIMITES PEDAGÓGICOS - UMA EXPERIÊNCIA EM CONSTRUÇÃO.

Profa. Dra. Cristiane Maria Nepomuceno – UEPB/NEABI - Ainpqp

A minha “discussão” tem como objetivo maior revelar as similaridades (semelhanças) existentes entre o Brasil e o Chile em relação ao processo de negação das presenças dos povos indígenas (e no caso do Brasil também dos africanos e afro-brasileiros) na formação social-cultural dos dois países que culminaram em severo processo de exclusão e negação de direitos fundamentais desses povos. E nesse contexto, mostrar como a educação inclusiva (para os direitos humanos, a diversidade e a cidadania) é a principal estratégia para a formação de sujeitos criticamente pensantes, autônomos, conscientes do lugar social-histórico que ocupam e desejosos de transformação das suas realidades sociais excludentes.

Para tanto, apresentarei a Política Nacional de Educação Inclusiva que vem sendo estrutura no Brasil nas últimas décadas. É um projeto centrado numa proposta educativa capaz de atribuir significados práticos a uma vivência relacional baseada no reconhecimento de que somos uma sociedade plural (multiétnica e multicultural). Nesse sentido, todas as dimensões educativas (currículo, práticas, metodologias, escola, relações e sujeitos) devem ser voltados para valorização e o respeito à diversidade, aos distintos modos de vida, modos estar no mundo e de ser humano.

Esta política passa a ser estruturada desde o final dos anos de 1980 (Constituição Brasileira, 1988) – com o processo de redemocratização nacional e combate a pobreza. O governo brasileiro em processo de mudança de regime político e por pressão dos movimentos sociais, gradualmente vai adotando uma série de políticas educacionais com o intuito de colocar em prática um modelo de educação baseada na pluralidade de modos de vida e no respeito à diversidade. Por exemplo, as mudanças anunciadas na Constituição de 1988 serão formatadas na Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996), até chegar aos projetos atuais.

Portanto, este projeto (política) de educar para a diversidade objetivando a promoção da igualdade, o combate ao racismo, preconceito e a discriminação por pertencas étnico-racial/cor, gênero, sexualidade, deficiências, religião, origem social consolida-se com a promulgação no ano de 2003/2006 do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, a Diversidade e a Cidadania. A promulgação deste Plano provoca uma série

de reformas nas Diretrizes que orientam a formação docente no Brasil. De tal modo, o Ministério da Educação, através do Conselho Nacional de Educação, promulgou a RESOLUÇÃO Nº 2, de 1º de julho de 2015, que (re)definiu as “Diretrizes Curriculares Nacionais” para a Formação Inicial em Nível Superior e para a Formação Continuada de Professores/as tornando **eixo obrigatório na formação docente os conteúdos de “Diversidade, Direitos Humanos, Ética e Cidadania”**.

Ao conectar um dos eixos da formação docente aos conteúdos de diversidade, dos direitos humanos e da cidadania estava instituída a compreensão de que este/a profissional atuará em um espaço social, para tanto precisará ser sensível à história e à cultura locais. Assim, além de uma formação teórica sólida e consistente, este novo projeto de formação docente está associado de forma direta com os princípios políticos e éticos que, dependerão, exclusivamente, do ambiente cultural no qual o/a professor/a esteve e estiver inserido. A proposta de formar um educador capaz de “propor e efetivar as transformações político-pedagógicas na escola” é uma afirmação contundente de que as estruturas organizacionais e pedagógicas das escolas hoje não são adequadas ao que parte das políticas públicas considera aceitável para uma educação de qualidade.